



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO N°. 008/2014/SEMA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE - SEMA E A EMPRESA
MULTIPARK COMERCIO E SERVIÇO
REPRESENTAÇÃO LTDA - ME.

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **Benedito Nery Guarim Strobel**, brasileiro, casado, portador do RG n°. 349.280 - SSP/MT e do CPF n°. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antonio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **MULTIPARK COMÉRCIO E SERVIÇO REPRESENTAÇÃO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ 11.590.156/0001-96, localizada a Rua do Engordador, N° 10, Sala 02, Bairro Distrito do Engordador, Várzea Grande-MT, CEP: 78.120-783 telefones: (65) 3691-3718/ (65) 3691-7416, representada pelo pela Senhora **DAYANE ELLE COSTA SOUZA**, portadora do RG: 1.913.819-9 - SSP/MT e do CPF: 021.067.901-80 doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, em conformidade com o Processo n.º 77290/2014/SEMA, na modalidade **Compra Direta n.º 8742/SAD**, sujeitando-se aos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e Decreto Estadual n.º 7.217/2006 e alterações, bem como, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço especializado em fornecimento de água natural potável em caminhão pipa de, no mínimo, 16.000 (dezesesseis mil) litros, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência nº 14/2014, bem como neste contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

2.1. As especificações, as quantidades e o preço para o objeto contratado são os constantes da **Autorização de Compra nº 8742/SAD**, bem como da proposta apresentada, conforme discriminação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM FORNECIMENTO DE ÁGUA NATURAL POTÁVEL EM CAMINHÃO PIPA DE, NO MÍNIMO, 16.000 (DEZESSEIS MIL) LITROS.UNIDADE.	Aguapark	20	380,00	R\$ 7.600,00
VALOR TOTAL					R\$ 7.600,00

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)**, a serem pagos parceladamente, de acordo com a demanda, referente aos serviços efetivamente prestados, comprovados por meio de atesto do fiscal do contrato, indicado pelo setor demandante.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado,



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

4.2. Iniciar e executar o fornecimento contratado, imediatamente, sem atrasos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pelo setor demandante;

4.3. Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho do serviço prestado, respeitando as normas de segurança, bem como toda legislação vigente;

4.4. Assegurar a **CONTRATANTE** o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com o contratado, as normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades provenientes do contrato;

4.5. Caso a **CONTRATADA** tenha que corrigir, desfazer ou refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;

4.6. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados a **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposos, por atos de negligência ou culpa de seus



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços estipulados no contrato, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade e assegurando ainda, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa;

4.7. No caso de recusa ou demora por parte da **CONTRATADA** em atender a qualquer reclamação da **CONTRATANTE**, poderá esta confiar a outrem a execução dos serviços reclamados, as expensas da **CONTRATADA**, cujas despesas serão descontadas de uma só vez, quando do pagamento subsequente, devido pela **CONTRATANTE**, não cabendo impugnação de seu valor e sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.8. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.9. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;

4.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

4.11. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.12. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.13. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.14. Comunicar a **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

4.15. Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do serviço contratado, as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;

4.16. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n.º. 8.666/93 e alterações, no Decreto Estadual n.º. 7.217/2006 e toda legislação pertinente.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Os serviços serão recebidos e executados conforme a subcláusula 4.2 deste contrato, sendo prestados na sede da **CONTRATANTE**, no seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, nesta Capital;

5.2. O serviço será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresente vícios de qualidade ou impropriedade;
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;
- c) Entregue em desacordo com as especificações exigidas.

5.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.4. A entrega do objeto ora contratado será acompanhado e fiscalizado por servidor indicado pela **Gerência de Serviços Gerais** da **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

5.5. A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Não há previsão de garantia para este contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir a(s) ORDEM(NS) DE SERVIÇO(S), estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.2. Receber os serviços contratados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste contrato, na Proposta do fornecedor e no Termo de Referência nº 14/2014, elaborado pelo setor demandante;

7.3. A **CONTRATANTE** deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93;

7.4. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, permitindo, inclusive, o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações, caso necessário;

7.5. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

7.6. Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, nas notificações, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

7.7. Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.8. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato, para que seja sanada;

7.9. Efetuar em dia o pagamento à **CONTRATADA** pelos serviços prestados;

7.10. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

7.11. O fiscal do contrato designado pela **Gerência de Serviços Gerais** da **CONTRATANTE** registrará em relatório as deficiências verificadas na execução dos serviços, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** conforme definido na cláusula segunda, sendo pagos apenas os serviços efetivamente prestados comprovados por meio de atesto do fiscal do contrato designado pelo setor demandante da **CONTRATANTE**, por meio de Nota de Ordem Bancária, através do Banco do Brasil S/A, até o 20º (vigésimo) dia útil;

8.2. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

8.2.1. O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pelo responsável, devendo estar acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n.ºs. 7217/06, 8199/06 e 8426/06 e toda legislação pertinente, conforme o caso, obedecendo ainda os prazos estabelecidos na Instrução Normativa n.º. 01/2007/SAGP/SEFAZ.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.2.2. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.2.3. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.3. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

8.6. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Serviços Gerais** para serem devidamente atestadas;

8.7. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

8.8. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição, do objeto deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 2005
Natureza de Despesa: 3390 3900
Fonte de Recurso: 240

9.2. As despesas decorrentes desta contratação, para o exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste contrato sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o *caput* e parágrafos do art. 86 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

12.1.1. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
- c) Rescisão;
- d) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.1.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato e quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os serviços prestados:

- a) atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3. Se a **CONTRATADA** deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.4. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a Administração proceder a cobrança judicial da multa;

12.5. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

12.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a **CONTRATANTE** reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.7. Caso a **CONTRATADA** não possa cumprir os prazos estipulados para a execução dos serviços, objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo à sua ocorrência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Será designado, pela **GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS da CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.2.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

15.2.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 29 de maio de 2014.

BENEDITO NERY GUARIM STROBEL
Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT

DAYANE ELLE COSTA SOUZA
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS :

MAKSON ESCOLÁSTICO MORAES

CPF: 922.329.061-91

FERNANDA B. C. DE SOUZA

CPF: 973.078.581-34